

## OS UMBRAIS DA ESCOLARIZAÇÃO: AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM COMO BIOPOLÍTICAS DE GOVERNAMENTALIDADES EM EDUCAÇÃO\*

THE THRESHOLDS OF SCHOOLING: EVALUATION AND LEARNING AS BIOPOLICIES AND GOVERNMENTALITIES IN EDUCATION

Rodrigo Diaz de Vivar Y Soler\*\*

Rafael Araldi Vaz\*\*\*

Janine Moreira\*\*\*\*

Flávia Roberta Busarello\*\*\*\*\*

### RESUMO

Este artigo analisa as aprendizagens e as avaliações na educação na biopolítica e governamentalidade, destacando como essas práticas funcionam como dispositivos de controle nos processos de escolarização. A avaliação e a aprendizagem são vistas não apenas como técnicas pedagógicas, mas como modulações da subjetividade. O texto aborda a transição de uma sociedade disciplinar, focada no controle físico do corpo, para uma sociedade em que o foco se desloca para a subjetividade empresarial, regulada pela biopolítica. Nesse novo modelo, a educação não busca apenas a transmissão de conhecimento, mas também o gerenciamento dos estudantes. O artigo discute a relevância da biopolítica para a análise das práticas de avaliação e aprendizagem como formas de punir e moldar os indivíduos. Além disso, observa a influência de tendências, como a *gamificação*, que tornam o aprendizado atraente, mas também alinham as práticas educacionais aos interesses do mercado. Por fim, é proposta uma reflexão sobre as práticas, sugerindo que, para uma educação verdadeiramente emancipatória, é necessário questionar as relações de poder, saber e subjetividade, buscando promover uma transformação dos processos educativos. A partir de um olhar foucaultiano manifesta-se o diálogo crítico com os processos de escolarização.

PALAVRAS-CHAVE: educação; governamentalidade; biopolítica; escola; aprendizagem.

### ABSTRACT

The article analyzes learning and assessment in education in biopolitics and governmentality, highlighting how these practices function as control devices in schooling processes. Assessment and learning are seen not only as pedagogical techniques, but as modulations of subjectivity. The text addresses the transition from a disciplinary society, focused on the physical control of the body, to a society in which the focus shifts to corporate subjectivity, regulated by biopolitics. In this new model, education does not only seek the transmission of knowledge, but also the management of students. The article discusses the relevance of biopolitics for the analysis of assessment and learning practices as ways of punishing and shaping individuals. In addition, it observes the influence of trends such as gamification, which make learning attractive, but also align educational practices with market interests. Finally, a reflection on practices is proposed, suggesting that, for a truly emancipatory education, it is necessary to question the relations of power, knowledge and subjectivity, seeking to promote a transformation of educational processes. From a foucaultian perspective, critical dialogue with schooling processes is manifested.

KEYWORDS: education; governmentality; biopolitics; school; learning.

---

\* Artigo recebido em 07/04/2025 e aprovado para publicação em 20/06/2025.

\*\* Doutor em Filosofia pela UNISINOS. Mestre em Psicologia pela UFSC. Graduado em Psicólogo pela UNESC. Professor no curso de Psicologia e nos Mestrados em Educação e Ensino de Ciências Naturais e Matemáticas da FURB. E-mail: [diazsoler@gmail.com](mailto:diazsoler@gmail.com).

\*\*\* Doutor em História pela UFSC. Mestre em História pela UFSC. Graduado em História pela UDESC. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIPLAC. E-mail: [araldivaz@yahoo.com.br](mailto:araldivaz@yahoo.com.br).

\*\*\*\* Doutora em Educação pela Universidad de Cordoba (Espanha). Mestre em Sociologia Política pela UFSC. Graduada em Psicologia pela UFSC. Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESC. E-mail: [jmo@unesc.net](mailto:jmo@unesc.net).

\*\*\*\*\* Doutora em Psicologia Social pela PUC/SP, com doutorado sanduíche na Universidad de Salamanca (USAL). Graduada em História e Psicologia pela FURB. Professora no Departamento de Psicologia da FURB e da Unisociosc/Blumenau. E-mail: [frbusarello@gmail.com](mailto:frbusarello@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

Este artigo procura elaborar algumas reflexões conceituais sobre as estratégias de aprendizagem e as formas de avaliação como dispositivos biopolíticos e de governamentalização nos processos de escolarização<sup>1</sup>. É correto afirmarmos que, ao longo da Modernidade, tanto a avaliação, quanto a aprendizagem garantiram a perfeita homogeneização e disciplinarização dos corpos nos espaços escolares (Ferrari; Dinali, 2012). No entanto, nas primeiras décadas do século XXI, a escolarização passa a potencializar efeitos da condução das condutas e os regimes biopolíticos de gerenciamento de todo o corpo estudantil.

Isto é, tanto as relações de aprendizagem quanto as estratégias de avaliação passaram a ocupar uma posição singular que ultrapassa as estratégias de ensino, inscrevendo-se na produção, segundo Noguera-Ramirez (2011), de um gerenciamento estratégico de condução das condutas por meio do formato de uma *learning society*, em que o indivíduo deve se tornar “[...] um aprendiz permanente” (Noguera-Ramirez, 2011, p. 16).

Diante de tal diagnóstico, nos perguntamos: é possível pensarmos a experiência de tal regulação biopolítica na busca pela eficácia da avaliação e da aprendizagem nos processos de escolarização mediadas pelas tecnologias contemporâneas na educação (César, 2010)?<sup>2</sup> É na esteira de tal problematização que se pode pensar tanto a avaliação quanto a aprendizagem como traços regulatórios em que a escolarização é pensada como o efeito, por meio do qual os indivíduos modulam seus processos de subjetivação, por meio de uma cultura do empresariamento e da gestão cada vez mais efetiva e inovadora das suas formas de vida. Isto é, se a educação avalia e transmite a aprendizagem, isto se deve, no cenário contemporâneo, a uma conversão do sujeito sobre si mesmo, no sentido de fazê-lo assujeitar-se ao modelo

---

<sup>1</sup> É importante destacarmos que não é intenção dos autores deste artigo discorrer sobre a história dos processos de escolarização. Muito embora deva-se delimitar que tais processos são resultados diretos dos problemas ligados à emergência da Modernidade e o aprimoramento de práticas pedagógicas nas mais variadas modalidades de ensino.

<sup>2</sup> Em linhas gerais, podemos afirmar que as formulações da biopolítica pensadas por Foucault são direcionadas a partir de um quadrilátero que envolve: a) a problematização dos dispositivos sanitários de saúde pública; b) a regulação da vida por meio do racismo de Estado e da guerra; c) os dispositivos de sexualidade; d) os programas e grades de inteligibilidade da governamentalização das condutas. No entanto, a partir das provocações levantadas pelo próprio Foucault, sobretudo nos seus cursos no *Collège de France*, é que se pode articular uma espécie de tensionamento e desdobramentos dessas perspectivas originárias, para pensarmos os desafios da biopolítica no tempo presente. Ver mais detalhes em Farhi Neto (2006).

neoliberal de aperfeiçoamento de si, em que tanto a Escola quanto a Universidade<sup>3</sup> destacam a formação de um *ethos* no indivíduo a partir de uma pedagogia empreendedora (Alves; Klaus; Loureiro, 2021).

Isto é, mais do que medir as estratégias de desempenho qualitativo ou quantitativo, tanto o problema da avaliação quanto o da aprendizagem, nos horizontes da biopolítica, efetivam-se como uma estetização de si, que se deixa contaminar pelo empreendimento de diferentes formas de vida, em que os espaços escolares<sup>4</sup> têm o dever de gerenciar os indivíduos por meio do governo de todos e de cada um (Foucault, 2015a).

Nesse sentido, não seria a escolarização um espelho responsável por refletir diretamente toda uma orquestragem das regulações biopolíticas sobre os modos de subjetivação contemporâneos na educação?<sup>5</sup> Encontramos, nessa pergunta, uma fecunda problematização acerca dos papéis em torno das estratégias escolares pelas quais o sujeito é interpelado como indivíduo por meio de todo um domínio de si, dando início a uma concepção contemporânea de subjetividade voltada para uma hermenêutica do desejo de esse mesmo indivíduo exercitar o controle sobre si (Foucault, 2014a, 2016). Como exemplo disso que falamos, podemos mencionar o fato do crescente interesse pelo investimento tático e procedimental das instituições de ensino em programas e/ou estratégias que visem estimular os estudantes a mediar seus próprios conflitos emocionais, aprendendo a dominar as suas ansiedades em meio aos processos avaliativos.

Tanto os países desenvolvidos quanto as economias emergentes procuram desenvolver uma série de estratégias biopolíticas ligadas ao campo da associação entre os processos de escolarização, como as práticas de aprendizagens para além da dimensão moderna, inserindo nesses elementos programas de apoio, incentivando a criação de novas ferramentas avaliativas

---

<sup>3</sup> Utilizamos as expressões Escola e Universidade em letras maiúsculas para demarcarmos o papel institucional desses dispositivos, sem necessariamente recorrermos a um modelo específico.

<sup>4</sup> É interessante observarmos o processo pelo qual, no final do século XX, assistimos à passagem de uma defesa estrutural da educação tomada como princípio e direito fundamental para a transformação dos espaços escolares em uma serialização empresarial da qual todo o roteiro da estrutura escolar torna-se refém; desde os seus currículos, passando pelas atividades de formação de professores, como também pelo fomento a teorias voltadas para o empreendedorismo, ou ainda pelo sequestro e colonização da educação pelos discursos das neurociências.

<sup>5</sup> Os processos de subjetivação não são passíveis de totalização ou de uma centralização no indivíduo, mas sim como efeitos de capilaridade e de multiplicidade que se encontram em circulação nas práticas sociais. Os processos de subjetivação modelam e, portanto, fabricam a tecelagem das práticas sociais nas quais nos constituímos como sujeitos. Ver mais detalhes em Mansano (2009).

como as metodologias ativas e, também, incentivando apoio psicológico e de saúde mental aos estudantes<sup>6</sup>.

É possível rastreamos os elementos pelos quais tanto a avaliação quanto a aprendizagem se tornam efeitos de uma simbiose, isto é, avaliação e aprendizagem são dispositivos solidários, os quais devem mobilizar os estudantes, levando-os a crer que o sucesso obtido em cada atividade é decisivo para a sua preparação para o empresariamento da existência, pois são estruturadas “[...] as formas de controle contínuo, a avaliação contínua, e a ação da formação permanente sobre a escola, o abandono correspondente de qualquer pesquisa na Universidade, a introdução da ‘empresa’ em todos os níveis de escolaridade” (Deleuze, 1992, p. 225).

Portanto, no contexto de uma sociedade neoliberal que valoriza, segundo Veiga-Neto (2013), os indexadores e o ranqueamento como programa de sucesso e de excelência, as relações entre a biopolítica e a escolarização podem nos auxiliar a perceber os dispositivos pelos quais a gestão de um governo das condutas exerce seu imperativo de excelência nos contextos escolares contemporâneos. Em diferentes formatos e diferentes abrangências, o fluxo modular das *novas formas de avaliação* torna-se um poderoso instrumento para a naturalização da governamentalidade neoliberal, estimulando nos sujeitos a naturalização da competitividade e da alta performance como dispositivos de captura. Saem de cena as provas e as simples estratégias de atribuição de notas, e emergem cenários avaliativos, como a elaboração de trabalhos que devem fornecer *feedbacks* cada vez mais personalizados e individualizados, pois a melhoria dos recursos de adestramentos das condutas agora é voltada para a preparação dos estudantes para os desafios que eles irão vivenciar no mundo do trabalho.

Na epígrafe viral do mundo neoliberal, responsável por naturalizar as desigualdades, talvez a disciplinarização já não seja mais tão eficaz, uma vez que o problema agora consiste em instituir os efeitos porosos da governamentalidade por meio de um imperativo categórico do governo da subjetividade em instituições escolares transformadas em organizações (Gallo, 2017). Portanto, essa experiência justifica os motivos pelos quais vemos proliferar uma série de prescrições pedagógicas indexadas sobre: *por que avaliar, e de que forma os estudantes podem aprender mais e melhor?*, pois vivemos uma época de desinvenção da Escola e da

---

<sup>6</sup> Sobre tais programas ver a reportagem desenvolvida pelo portal R7, disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/fotos/violencia-ansiedade-e-depressao-veja-como-paises-levam-programas-de-saude-mental-as-escolas-27042023/>.

Universidade. Tais instituições não sequestram mais os corpos e a educação, mas são simplesmente descartáveis no cenário da governamentalidade neoliberal (Laval, 2019).

O elemento central dessa tecnologia biopolítica de governo consiste em fazer perceber – tanto ao professor quanto ao estudante – que a subjetivação deve ser regulada por um programa sistemático de governo de si e dos outros, pelas mãos do que Resende (2018a) chama de inflação educativa.

Em um primeiro momento, apresentaremos neste artigo os efeitos da regulação biopolítica da avaliação e da aprendizagem, correlativos ao processo de passagem do corpo disciplinarizado para uma subjetivação empresarial. Tomando a noção de biopolítica como estratégia de diagnóstico da constituição da sociedade disciplinar, nos propusemos a pensar e problematizar, no campo da escolarização, os efeitos regulatórios de uma bifurcação do processo de adestramento dos corpos para a constituição de um fluxo de normalização da subjetividade empresarial nos processos de avaliação e de aprendizagem em diálogo com a escolarização.

O segundo momento é dedicado a explorar a constituição do dispositivo de seguridade educacional e a tecnologia do governo das condutas. Nossa intencionalidade consiste em percorrer, dentro do contexto de uma grade de inteligibilidade da biopolítica e da governamentalidade, os motivos pelos quais podemos pensar as relações de avaliação e de aprendizagem não somente como um problema técnico de ensino, mas como uma condição que visa garantir, no plano dos dispositivos de escolarização, os elementos de constituição de uma cidadania empresarial a partir da governamentalização da vida dos estudantes.

## **1 REGULAÇÃO BIOPOLÍTICA DA AVALIAÇÃO E DA APRENDIZAGEM: DO CORPO DISCIPLINARIZADO À SUBJETIVAÇÃO EMPRESARIAL**

Dada a sua relevância para as ciências humanas, a noção de biopolítica é, certamente, central para problematizarmos os contextos sociais, políticos e éticos da educação contemporânea. Mas qual a relação entre a biopolítica e as estratégias de avaliação e de aprendizagem? Para que tal resposta possa ser alcançada de maneira minimamente satisfatória, é necessário percorrermos os horizontes pelos quais nossa modernidade viu emergir, pelo menos desde o século XVIII, um acontecimento sem precedentes: a formação de diferentes diagramas responsáveis, segundo Deleuze (1988), pelo processo de disciplinarização de sujeitos e de subjetividades. Tal diagnóstico é levado a cabo por Foucault

em livros como *Vigiar e punir* (Foucault, 2014a), *A vontade de saber* (Foucault, 2015b) e *Microfísica do poder* (Foucault, 2015c), bem como em seus cursos e outros trabalhos dedicados ao projeto que, *grosso modo*, nomeamos como genealogia da sociedade disciplinar.

O quadrilátero do processo de disciplinarização dos corpos encontra no nascimento das instituições de sequestro o espaço ideal para composição performática de corpos úteis ao padrão exigido pela sociedade capitalista, estruturado pela sequência lógica: a) na escola, o corpo aprende; b) na fábrica, o corpo trabalha; c) no hospital, o corpo é medicalizado e/ou operado; d) na prisão, o corpo é punido. Contudo, um fio condutor parece identificar os elementos presentes em cada uma dessas estratégias: trata-se de procurar mortificar o corpo para que a disciplinarização possa sistematicamente interpelar o sujeito como indivíduo por intermédio da sanção normalizadora, tal qual lembra Foucault (2014a, p. 181):

Em certo sentido, o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade, que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais.

O projeto utópico de uma sociedade disciplinar localiza em cada instituição uma forma ideal de comportamento a ser requerido tendo como base instâncias descritas por Foucault (2014a) como técnicas de adestramento, tais como a vigilância e o exame, por exemplo. No interior de cada espaço institucional o indivíduo deve, portanto, obedecer de modo sistemático e permanente aos procedimentos regimentais e contratuais que lhes são apresentados, pois

[...] o que se procura reconstruir nessa técnica de correção não é tanto o sujeito de direito, que se encontra preso nos interesses fundamentais do pacto social: é o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens, uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele, e que ele deve deixar funcionar automaticamente nele (Foucault, 2014a, p. 128).

No contexto da Educação, os processos de regulação, avaliação e aprendizagem foram historicamente carregados de todo um conjunto de discursividades voltadas à identificação do desenvolvimento dos estudantes ao longo do seu processo de escolarização (Both, 2005). O regime disciplinar conferiu à avaliação uma contínua estratégia, pela qual poderia se identificar o andamento da aprendizagem, por meio de métodos responsáveis por vigiar atentamente os estudantes, classificando-os segundo uma média aritmética em vias de

consolidação e de normalização (Resende, 2018a). Ainda em torno de tal perspectiva, nos lembram Corrêa e Cervi (2016, p. 197-198):

Alguns desses sistemas de sujeição do corpo foram produzidos pelas instituições escolares. Espaços inicialmente destinados a disciplinar o corpo, a moralizar os indivíduos às regras da sociedade e da religiosidade, a prepará-los mentalmente e fisicamente para suportar um sistema de produção, consumo e competitividade, instituído tanto pela burguesia quanto pela Igreja.

Muito embora tenhamos assistido desde a emergência da sociedade disciplinar a todo um conjunto de reformas dentro do processo de escolarização, incide sobre tal experiência um processo nomeado por Foucault (2014a) como um *investimento político sobre o corpo*. Em que consiste tal investimento? Em primeiro lugar, ele compreende um conjunto de técnicas responsáveis não por *humanizar* os sistemas de avaliação e de aprendizagem, mas sim por encontrar uma maneira de punir adequadamente os indivíduos; em segundo lugar, tal problema reside no deslocamento da ação repressiva do poder. Ou seja, o fato de que a escolarização deve estabelecer as metas responsáveis por adestrar continuamente os corpos dos indivíduos. Deve-se, portanto, buscar uma resposta adequada do corpo e, para efetivar tal perspectiva, nada melhor do que inserir um conjunto de dispositivos punitivos ligados ao contexto dos processos de subjetivação (Ramos Do Ó, 2013).

Um ponto muito importante destacado por Foucault (2014a) consiste no fato de que as práticas de avaliação e os sistemas de aprendizagem modulam a experiência da interioridade dos espaços escolares com os seus efeitos políticos e sociais. É importante destacar a constituição de um deslocamento do sentido punitivo, setorizando a passagem de um corpo mortificado para uma subjetivação empresarial.

O efeito poroso dessa relação pode recair em torno das estratégias de avaliação e de aprendizagem, pois a partir de um olhar foucaultiano vislumbra-se a tese de que, na esteira do processo histórico de constituição da sociedade disciplinar, os sistemas de avaliação – ainda que possuam em sua aparência a busca por melhorias no desenvolvimento de competências e de habilidades – atuam no sentido de produzirem tanto um corpo disciplinarizado, como também uma modulação de subjetividade empresarial no que se refere, segundo Foucault (2014a, p. 21), à produção de uma “[...] realidade incorpórea”, isto é, um modelo de tecnologia responsável por inventariar as condições de possibilidades para o exercício sistemático do controle sobre os indivíduos.

Não à toa, desde o início do século XX até as primeiras décadas do século XXI, não cessam de proliferar múltiplas práticas responsáveis por colocarem no epicentro dos processos de escolarização um desejo por uma expansão das melhores e mais eficientes formas de se avaliar e, conseqüentemente, produzir os agenciamentos das aprendizagens.

Cumpra destacar a possibilidade de tensionarmos os efeitos dessa regulação a partir do paradigma da biopolítica. Em linhas gerais, ainda que possamos estabelecer uma crítica contundente aos processos de constituição da sociedade disciplinar e suas ressonâncias em torno das experiências de avaliação e de aprendizagem promovidas no contexto da escolarização, é necessário percebermos a emergência de alguns diagnósticos em torno das estratégias de saber, das práticas de poder e dos processos de subjetivação.

No regramento de uma sociedade capitalizada e digitalizada em que os enunciados prefiguram-se pelos apontamentos de que o aprender deve ser divertido, ou ainda, de que a gamificação produz significativos avanços nos padrões de aprendizagem, é que podemos rastrear, no excesso de otimismo desses procedimentos, os horizontes de constituição de um *ethos* da biopolítica.

Por certo, a problematização sobre a racionalidade das formas de avaliação e de aprendizagens configura-se como um importante desafio para uma ontologia histórica da educação de nós mesmos (Foucault, 2013). Isto é, trata-se de pensarmos de que maneira essa conversão da biopolítica das avaliações e das aprendizagens acaba por produzir um efeito paradoxal no contexto da nossa realidade contemporânea: nunca a Educação foi tão importante para o desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade. Mas, ao mesmo tempo, nunca se assistiu como hoje à formulação de tantas manobras responsáveis por tensionar os seus efeitos políticos e éticos para a construção de uma cidadania estudantil do empresariado (Dardot; Laval, 2016).

A vida do indivíduo não tem de se inscrever como vida individual num âmbito de grande empresa, que seria a firma ou, no limite, o Estado, mas (tem de) poder se inscrever no âmbito de uma multiplicidade de empresas diversas encaixadas e entrelaçadas, de empresas que estão, para o indivíduo, de certo modo ao alcance da mão, bastante limitadas em seu tamanho para que a ação do indivíduo, suas decisões, suas opções possam ter efeitos significativos e perceptíveis, bastante numerosas também para (que ele) não fique dependente de uma só; e, enfim a própria vida do indivíduo, sua relação com a propriedade privada, sua relação com a família, com o seu casamento, com os seus seguros, com a sua aposentadoria – tem de fazer dele uma espécie de empresa permanente e de empresa múltipla. É portanto nessa reenformação da sociedade segundo o modelo da empresa, das empresas, e isso até no seu grão mais fino, é isso que é um aspecto da *Gesellschaftspolitik* dos ordoliberalismos alemães (Foucault, 2012, p. 331-332).

Tal constatação nos permite vislumbrar que a regulação biopolítica das avaliações e das aprendizagens se configura como um regime de governamentalização, cuja perspectiva converge no gerenciamento estratégico pelas habilidades e competências do controle dos processos de subjetivação.

Nesse sentido, é correto afirmarmos que a regulação biopolítica da avaliação e da aprendizagem, no limiar de uma sociedade disciplinar, efetiva a bifurcação tanto do adestramento dos corpos, quanto do processo de normalização da subjetividade empresarial. Essa tecnologia de controle social é proveniente dos saberes que fazem eclodir os efeitos e práticas de discursividades responsáveis por constituir os elementos de uma seguridade educacional como epicentro da tecnologia de governo das condutas.

## **2 SEGURIDADE EDUCACIONAL E A TECNOLOGIA DO GOVERNO DAS CONDUTAS**

O desdobramento efetivo das formas de avaliação e de aprendizagem situa-se no problema da constituição capilar da seguridade educacional. Mas o que vem a ser essa seguridade educacional? Em primeiro lugar, podemos afirmar que nesse dispositivo está em jogo a constituição dos dispositivos de governo das condutas em Educação. Ou seja, a questão consiste em determinar as formas pelas quais determinados procedimentos avaliativos devem governar os estudantes. Em segundo lugar, a governamentalidade das condutas significa, no contexto educacional, o acompanhamento planejado das ações pedagógicas que, sob o olhar foucaultiano, constituem-se como programas de governo para a resolução de conflitos dos processos de subjetivação.

Ora, o que pretendemos afirmar é que no cenário da nossa contemporaneidade um sistema avaliativo e de aprendizagem eficaz não procura operar em torno da punição, mas estabelecer as estratégias necessárias às condutas admitidas em diferentes espaços de escolarização. Eis, portanto, o giro estratégico da seguridade educacional: prescrever as condições necessárias para que a pedagogia não somente ensine a avaliar com maior eficiência, mas também operacionalize o gerenciamento estratégico das crises nos espaços de escolarização.

Nesse sentido, a governamentalidade de uma seguridade educacional se caracteriza como um complexo dispositivo por meio do qual a Educação não é monopólio das instituições de ensino, mas um artefato marcado pela gestão e administração das práticas de

governanças inclusivas. Conforme aponta Lopes (2009, p. 154), o problema da seguridade educacional efetiva o traço “[...] em que os processos de ensino/aprendizagem devem ser permanentes”.

Pensar tal efeito significa compreender que, antes de se ensinar ou de avaliar, é preciso potencializar o gerenciamento estratégico das aprendizagens. Nesse contexto, a ideia de governamentalização das condutas parece pertinente para delimitar os processos pelos quais os espaços de escolarização devem ser administrados tais qual uma empresa. Isto é, as ementas de disciplinas, os Planos Políticos e Pedagógicos e os currículos devem fazer parte de uma matriz gerencial pacientemente calculada e gerida por meio de intensos jogos de dispositivos cada vez mais eficazes (Laval, 2019).

O fluxo molar da seguridade educacional fundamenta a base de que toda a escolarização deve ser governamentalizada. Por conta de tal aspecto é que as instituições escolares não podem se caracterizar pela aplicabilidade da avaliação punitiva, ou, pelo menos, devem atenuar os efeitos massivos da autoridade pedagógica para condensar na sua matriz gerencial de governo uma máquina – que avalia para produzir novas competências e habilidades alinhadas àquilo que o mercado espera de um estudante.

A seguridade educacional será responsável por instituir uma prática refletida de governo da avaliação e da aprendizagem. Desse modo, o efeito regulatório dos processos escolares converte os estudantes em população a ser administrada permanentemente, pois, como nos lembra Foucault (2011), a população é objeto de adestramento biopolítico, uma vez que sua natureza é pressentida pelas sistemáticas crises. “A população como sujeito político, como novo sujeito coletivo absolutamente alheio ao pensamento jurídico e político dos séculos precedentes, está em via de aparecer aí na sua complexidade, com as suas cesuras” (Foucault, 2011, p. 56).

Tal convergência dilui e flexibiliza sua distribuição para além das fronteiras pedagógicas existentes. O território da escolarização que, na emergência da modernidade, configurava-se como um dos locais por excelência do uso e abuso do poder, passa a ser apêndice dentro de um regime, ou melhor, de um programa de governo que instrumentaliza e vende aos estudantes os dispositivos de segurança, como se as estratégias de avaliação e de aprendizagem pudessem ultrapassar as próprias fronteiras existentes dos territórios escolares.

O inventário foucaultiano em torno da governamentalidade e da biopolítica pode ser um importante aliado para colocarmos em evidência os contornos de uma crítica dos processos avaliativos e de aprendizagem, situando toda a operação dos seus dispositivos de

controle sobre os estudantes, uma vez que suas regulações modulam os processos de subjetivação como objetivo final das estratégias de condução das condutas.

Mais do que nunca, o problema não reside, para Foucault, em discorrer sobre os aspectos positivos ou negativos tanto da avaliação, quanto da aprendizagem, mas percorrer a porosidade dos agenciamentos das estratégias gerenciais das formas de governos investidas no desdobramento dos processos educativos. É nesse contexto que emerge a biopolítica como o traço fundamental para o regramento dos indicadores, os quais darão sustentação ao estatuto de singularização dos problemas educacionais que envolvem o impulsionamento do conhecimento adquirido por meio das metas estabelecidas em cada processo de escolarização.

O efeito binário da avaliação e da aprendizagem deve, sob o paradigma do governo das condutas, procurar favorecer e provocar as modificações necessárias ao pensar e ao agir dos sujeitos a partir do regramento populacional. A governamentalização biopolítica da seguridade educacional pressupõe, portanto, o entroncamento de todas as estratégias necessárias para o desenvolvimento da população estudantil. Nesse caso, percebe-se como tais formas de governamentalidades se constituem a partir de problemas práticos ligados a questões como a taxação do índice de reprovações, o combate ao abandono/evasão escolar e o estímulo ao desenvolvimento motivacional dos estudantes em todas as etapas de seu processo de escolarização.

A partir do cruzamento dos dados, diferentes estratégias são desenvolvidas para monitorar a vida desses sujeitos, possibilitando que determinadas populações sejam consideradas de risco. Vários mecanismos e diferentes instituições são acionados para gerenciar a vida desses sujeitos. Criam-se estratégias para manter o aluno na escola: o Programa “Bolsa-Escola”, por exemplo; estabelecem-se parcerias entre diferentes instituições: escola, conselho tutelar, posto de saúde, instituições de recuperação etc.; e também entre diferentes profissionais: pedagogos, psicólogos, médicos, assistentes sociais, entre outros (Lockmann; Henning, 2012, p. 194).

A relação de verossimilhança entre a biopolítica e a governamentalização das condutas nas formas de avaliação e de aprendizagem encontra um forte amparo na produção de subjetividades ligadas ao modelo empresarial. Nesse sentido, o bom estudante será aquele capaz de reproduzir os fluxos ligados aos programas de gestão desenvolvidos pelos ambientes corporativos dos espaços escolares. Em outras palavras, o fluxo de gestão da seguridade educacional pressupõe o desenvolvimento de estratégias de avaliação e de aprendizagem que interpelam o sujeito enquanto empresário de si mesmo.

Cumprir dizer que a aprendizagem possui um papel central na constituição desse modo de subjetivação empresarial. Nesse sentido, a seguridade educacional se vincula à perspectiva de preservação de uma segurança social do indivíduo, que tem na aprendizagem um fundamento permanente ao longo de toda a vida social. A constituição de aprendiz permanente, aquele que dominaria as formas de aprendizagem de acordo com as diferentes contingências impostas pela vida, seria uma competência central no processo de escolarização. Nesse sentido, conforme apontam Loureiro, Kraemer e Lopes (2021), no contexto da BNCC, a constituição do sujeito-empresa passaria pela construção do protagonismo como um dos principais vetores da aprendizagem, convertendo-o em um dispositivo que permite jogar com a precarização e a vulnerabilidade, pois, afinal,

Tal condição não é para muitos, pois o protagonismo é uma possibilidade alcançada por poucos, que impõe uma condição de luta competitiva, travada cotidianamente, do ser consigo mesmo. Além disso, a manutenção do protagonismo e do empreendedorismo pode gerar mais do que a superação e a competição do ser consigo mesmo; ou seja, pode gerar parte das condições da emergência da doença e da morte (Loureiro; Kraemer; Lopes, 2021, p. 106).

É preciso, pois, deixar claro que dentro do pensamento foucaultiano as correlações entre a biopolítica e a governamentalidade possuem um sentido muito específico, qual seja, o fato de que os dispositivos de seguridade operam sob a regra de um modo de vida e, nesse sentido, é correto afirmarmos que as estratégias de avaliação e de aprendizagem devem ser entendidas como elementos voltados para a constituição modular dos processos de subjetivação. Em outras palavras, os dispositivos de controle se colocam como ferramentas em curso das condutas a serem gerenciadas de modo contínuo e sistemático, pelo triplo efeito das estratégias de saber, das práticas de poder e dos processos de subjetivação.

As ações avaliativas e os indicadores de aprendizagem devem salvaguardar o processo de aperfeiçoamento de subjetivações alinhadas ao mercado. Mais do que nunca, o dispositivo de seguridade educacional assujeita o espaço de formação escolar, dobrando-o perante uma governança das condutas nas quais as subjetividades possam, sem exceção, participar ativamente dos jogos econômicos.

Tal efeito se desdobra perante a maximização da competitividade e, nesse sentido, tanto a governamentalidade, quanto a biopolítica podem ser pensadas como efeitos das estratégias de avaliação e de aprendizagem. Por exemplo, a lógica empresarial das mudanças curriculares sofridas com a aprovação da Reforma do Novo Ensino Médio, em que os

componentes curriculares de ciências humanas foram preteridos em nome de novos componentes, como o Projeto de Vida. Em síntese, o efeito regulatório dos fluxos molares da escolarização dirige suas condições de possibilidades para uma aplicação de sujeitos governamentalizados pelo panorama da criatividade empresarial. Nesse caso, deve-se atentar para o fato de que as estratégias de avaliação e de aprendizagem devem operar segundo os critérios da inventividade.

Portanto, os dispositivos da seguridade educacional seriam, no contexto contemporâneo da Educação, um importante dilema experienciado pelas formas de governamentalização da vida dos estudantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grade de inteligibilidade das estratégias de avaliação e de aprendizagem pode ser analisada a partir de um horizonte que envolve tanto a biopolítica quanto a governamentalidade. Essa afirmação recobre em seus relevos a necessidade de percebermos o fluxo de tais estratégias na inscrição de um problema eminentemente prático para a Educação: como proceder ao gerenciamento estratégico dos estudantes nos espaços de escolarização?

Em linhas gerais, a estruturação dessa pergunta sob a ótica de um olhar foucaultiano implica estabelecermos uma tessitura dos jogos de visibilidade e de dizibilidade dos dispositivos educacionais. Mais do que nunca, o problema, segundo Artières (2004, p. 15-16), consiste em fazer ver aquilo que vemos:

Para Foucault, com efeito, o papel da filosofia não era, bem o sabemos, descobrir verdades ocultas, mas tornar visível exatamente o que já está visível, “ou seja, fazer aparecer o que está tão perto, o que é tão imediato, o que está tão intimamente ligado a nós mesmos que exatamente por isso não percebemos [...] fazer ver o que vemos”. Dessa forma, são as relações de poder que é preciso interrogar. Em um estilo óptico, analisado por Michel de Certeau, Foucault identificou os movimentos, as forças que não conhecemos e que, não obstante, atravessam nosso presente.

Isto é, trata-se de perfilar os traços sobre os limiares da governamentalidade e da biopolítica responsáveis por identificar, nas estratégias de avaliação e de aprendizagem, os procedimentos de constituição das tecnologias de governo responsáveis por ligarem os efeitos de sujeição das práticas de poder e das estratégias de saber aos efeitos modulares de subjetivação. Tais elementos encontram-se inscritos na lógica da gestão de uma vida que deve ser pacientemente controlada e vigiada a partir da constituição de uma cidadania empresarial.

Em outras palavras, o que procuramos afirmar é que os fundamentos biopolíticos e de governamentalidade das estratégias de avaliação e de aprendizagem sinalizam a síntese das instrumentalizações históricas pelas quais o sujeito se reconhece como indivíduo. Ou seja, o processo se constitui para além da posição binária entre as boas e as más formas de avaliação e de aprendizagem. Isso significa que a função estratégica da matriz foucaultiana consiste em rastrear, na curvatura da biopolítica e da governamentalidade, os elementos de um diagnóstico permanente da própria Educação.

Nesse sentido, poderíamos nos perguntar: qual seria a curvatura ética e política para uma Educação que se pretende emancipatória, mas não cessa de intensificar jogos e aparelhos de captura próprios a uma matriz gerencial de governamentalização da população estudantil?

Talvez a resposta para tal questionamento possa se inscrever no fato de que o estudo das matrizes genealógicas das formas de governo também ilustra a performatividade dos movimentos ondulares de contracondutas. Essas contracondutas, por sua vez, deflagram um confronto permanente contra a crise sistemática e capilar das formas de governamentalidade.

Diante de tal perspectiva, o problema posto pelas reflexões foucaultianas consiste em possibilitar aos educadores, por um só momento, percorrer os horizontes de problematização dessa curvatura ética e política, segundo a emergência transversal de (novos) agenciamentos e lutas. Da mesma maneira, elas podem sinalizar o questionamento das modulações avaliativas e de aprendizagem. Por conseguinte, o fato de se avaliar e instrumentalizar a aprendizagem com vistas à constituição de uma radicalidade da ontologia histórica de nós mesmos, configura-se como uma estratégia ligada à permanente problematização das relações de saber, das práticas de poder e dos processos de subjetivação. No contexto da biopolítica e da governamentalidade, portanto, os indicativos presentes a partir de uma leitura foucaultiana manifestam o diálogo crítico com os próprios processos de escolarização.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Alexandre; KLAUS, Viviane; LOUREIRO, Carine Bueira. Do sonho à realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e226115, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226115>. Acesso em: 2 fev. 2025.

ARTIÈRES, Philippe. Dizer a atualidade: o trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. *In*: GRÓS, Frédéric (org.). **Foucault**: a coragem da verdade. Tradução de Marcos Marciunillo. São Paulo: Parábola, 2004. p. 15-38.

BOTH, Ivo José. Ensinar e avaliar são de domínio público: resta saber se ensinar avaliando e avaliar ensinando também o são. **HISTEDBR**, Campinas, v. 18, p. 54-64, 2005. Disponível em: [https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/revista/revis/revis18/art06\\_18.pdf](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/revista/revis/revis18/art06_18.pdf). Acesso em: 2 fev. 2025.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. (Des)governos: biopolítica, governamentalidade e educação contemporânea. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 224-241, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/etd.v12i1.850>. Acesso em: 2 fev. 2025.

CORRÊA, Mirele; CERVI, Gicele Maria. Escolarização e biopolítica: o discurso pedagógico produzindo a escola. **Educação: Teoria e Prática**, [s. l.], v. 26, n. 52, p. 194-211, 2016. DOI: 10.18675/1981-8106.vol26.n52.p194-211. Acesso em: 5 fev. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum: sobre as sociedades de controle. *In*: DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: 34, 1992. p. 219-226.

FARHI NETO, Leon. **Biopolíticas**: as formulações de Foucault. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

FERRARI, Anderson; DINALI, Wesley. Herança moderna disciplinar e controle dos corpos: quando a escola se parece com uma “gaiola”. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 393-422, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982012000200018>. Acesso em: 2 fev. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2015a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2015b.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FOUCAULT, Michel. Omnes et Singulatim: uma crítica da razão política. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV**: estratégia, poder-saber. São Paulo: Forense Universitária, 2015b. p. 348-378.

FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. São Paulo: Forense Universitária, 2013. p. 351-368.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petropólis: Vozes, 2014.

GALLO, Sílvio. Biopolítica e subjetividade: resistência? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 66, n. 1, p. 77-94, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53865>. Acesso em: 2 fev. 2025

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LOCKMANN, Kamila; HENNING, Paula Corrêa. Inclusão escolar na atualidade: um dispositivo da governamentalidade neoliberal. **Revista de Educação**, PUC Campinas, v. 29, n. 2, p. 189-198, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v0n29a53>. Acesso em: 2 fev. 2025

LOPES, Maura Corsini. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 153-170, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8297>. Acesso em: 2 fev. 2025

LOUREIRO, Carine; KRAEMER, Graciele; LOPES, Maura Corsini. Competências e direito de aprendizagem: protagonismo e vulnerabilidade. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 41, n. 114, p. 99-109, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC223584>. Acesso em: 2 fev. 2025

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, Assis, v. 8, n. 2, p. 110-117, 2009. Disponível em: <https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/78>. Acesso em: 2 out. 2024.

NOGUERA-RAMIREZ, Carlos Ernesto. **Pedagogia e governamentalidade**: ou da modernidade como uma sociedade educativa. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

RAMOS DO Ó, Jorge. Tecnologias de subjetivação no processo histórico de transformação da criança em aluno a partir de finais do século XIX. *In*: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Foucault**: filosofia & política. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 175-194.

RESENDE, Haroldo de. A Educação por toda a vida como estratégia de biorregulação neoliberal. *In*: RESENDE, Haroldo de. **Michel Foucault**: a arte neoliberal de governar e a educação. São Paulo: Intermeios, 2018a. p. 77-94.

RESENDE, Haroldo de. A norma entre mecanismos de disciplina e dispositivos de segurança. *In*: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault**: o ronco surdo da batalha. São Paulo: Intermeios, 2018b. p. 147-160.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidades, neoliberalismo e educação. *In*: BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Foucault**: filosofia & política. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 37-52.